

25 FEV 1987

Assembléia, enfim, deve votar hoje o Regimento Interno

ANC 88
Pasta 25 a 28
fev/87
011

A Assembléia Constituinte começa hoje, às 10 horas, a votação do seu Regimento Interno definitivo, depois de 25 dias de instalada. Dois temas prometem ser polêmicos: a limitação da participação das minorias partidárias e a possibilidade da Constituinte emendar a atual Constituição, proposta repudiada pelo PFL e a ala moderada do PMDB.

Ontem, a Constituinte encerrou a discussão do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), em plenário. O presidente da Casa, deputado Ulysses Guimarães, ao final da noite reuniu os líderes partidários em seu gabinete para buscar um consenso sobre o relatório do deputado paulista a fim de agilizar a votação da matéria. Caso o Regimento Interno não seja votado em definitivo hoje, ele corre o risco de voltar a plenário somente após o Carnaval, já que é esperada uma grande ausência de constituintes a partir de amanhã.

No processo de votação a preferência será para examinar, em primeiro lugar, o novo substitutivo de Fernando Henrique Cardoso. Aprovado o relatório, os constituintes passarão a apreciar os quase 400 pedidos de destaques para as emendas apresentadas ao substitutivo e rejeitadas pelo relator. A maioria dos destaques referem-se a emendas visando ampliar a participação dos pequenos partidos na elaboração da nova Constituição. Segundo o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, até nas coisas mínimas o regimento limita a minoria.

A outra grande disputa prevista para a votação de hoje diz respeito ao artigo 57, parágrafo sétimo do relatório que dá poderes à Constituinte para emendar a atual Carta. Mesmo necessitando de um quórum elevado (um terço dos constituintes) para a apresentação de propostas de emenda constitucional exigida pelo Regimento, o PFL pretende derrubar este dispositivo durante a votação do substitutivo em plenário.

"O PMDB é o partido da transição democrática. Ou é ou não há transição. Não precisa ter medo que o PMDB faça alguma coisa que vá perturbar a transição. Temos que aprovar o regimento e elaborar a Constituição sem medo", afirmou ontem, no início da noite, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), depois de reunir-se durante vinte minutos com o líder do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli (RS), em seu gabinete.

O relator declarou, às 19 horas, que não via possibilidades de um acordo entre o PMDB e o PFL sobre a redação do parágrafo sétimo do artigo 57, dispondo sobre os projetos de decisão, que implicam na soberania da Constituinte. "A questão não está no texto. Na verdade, entrou-se num braço de ferro entre as bancadas", explicou o senador, ao informar que peemedebistas e pefelistas recusavam-se a chegar a um consenso sobre a matéria.

Em virtude das mais de 500 emendas entregues à Mesa da Constituinte, na segunda-feira, o relator viu-se obrigado a modificar vários pontos de seu substitutivo. Fernando Henrique ficou no Senado trabalhando, com o auxílio de outros parlamentares, até às quatro horas da madrugada de ontem. As principais alterações foram a redução do quórum para quase todas as manobras regimentais, exceto as que permitem novas alterações no regimento e pedido de urgência. Nesses casos será necessário o apoio de 94 constituintes. Os demais tiveram a exigência de quórum reduzida para 35.

As outras foram o fim das sessões secretas — «Para evitar paranóias» disse o relator —; as disposições transitórias deixam de ser elaboradas apenas pela Comissão de Sistematização e serão discutidas em todas as comissões, e foi incluído um artigo tratando exclusivamente da regulamentação da consulta plebiscitária, através de projeto de resolução.

Artigo 57 provoca revolta no PFL

Após duas horas de discussão, o Partido da Frente Liberal decidiu ontem, por volta das 21 horas, tentar derrubar "no voto" o item do substitutivo do PMDB que mereceu o ataque unânime da bancada: o parágrafo 7º do artigo 57, dispondo sobre os "projetos de decisão" destinados a regular "matéria de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte".

A insatisfação dos liberais cresceu progressivamente a partir das 16 horas, com a constatação de que praticamente nada do que propuseram como emenda foi acolhido pelo relator da matéria. As portas fechadas, reuniram-se o líder no Senado, Carlos Chiarelli (RS), e o 1º vice-líder na Câmara, Alcení Guerra, junto com mais de 15 parlamentares, que decidiram convocar toda a bancada para tentar encontrar uma saída para o que o secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz, considerou um comportamento "autoritário, discricionário e violento" do PMDB.

O problema era correr contra o tempo: enquanto se reuniam num auditório, a sessão prosseguia em plenário e os peemedebistas procuravam viabilizar a votação do substitutivo para ontem mesmo. Os liberais, que já haviam resolvido pedir destaque para todas as emendas do partido não acolhidas, o que representava, segundo Chiarelli, 90 por cento do substitutivo, resolveram voltar apressadamente para o plenário para inscrever oradores de modo que a votação fosse adiada. Antes, uma proposta do senador Divaldo Suruagy chegou a surpreender a platéia pefelista: ele pediu a interferência do presidente da República para que o PFL pudesse ter algum êxito nas suas propostas.

Os liberais condenam no artigo 7º a definição quanto ao que seja "matéria de relevância" e ainda a existência da Comissão de Sistematização com poder de veto para as matérias apresentadas.